

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.912 - AL
(2019/0251943-0)**

AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORE : REJANE CAIADO FLEURY MEDEIROS - AL007055
S
MARCOS VIEIRA SAVALL E OUTRO(S) - AL012637
AGRAVADO : ANTÔNIO SEBASTIÃO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOAO SAPUCAIA DE ARAUJO NETO - AL004658

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por ESTADO DE ALAGOAS contra decisão monocrática proferida pelo Min. Presidente do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, sob a seguinte alegação:

(...)

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

(...)

No presente recurso, o agravante sustenta, inicialmente, que inaplicável a Súmula 182 do STJ, haja vista o recurso especial ter atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial (fl. 233).

Ademais, no tocante ao mérito, reafirma a violação aos arts. 240 do CPC e 405 CC.

Aduz que (fls. 234):

(...)

Aliás, o caráter controvertido da base de calculo do adicional afasta por si só qualquer liquidez da obrigação, violando veementemente os artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, por ser de fato a citação que constitui em mora o devedor. Ademais, trata-se de valores que ensejam um cálculo para apuração de diferenças vencimentais. De fato, o Estado não estava em mora, apenas pagou de modo contrário ao entendimento firmado posteriormente pelo TJ de Alagoas, devendo tal diferença ser apurado, o que afasta de igual modo o caráter líquido da obrigação.

(...)

Conclui considerando que (fls. 234):

(...)

Desta forma, o Tribunal de origem, ao indevidamente considerar como líquida a obrigação e fixar o termo inicial dos juros de mora na data do vencimento de cada parcela do adicional de insalubridade, violou diretamente os mencionados dispositivos.

(...)

Requer a reconsideração da decisão agravada e, após, apreciado o seu mérito, ou submissão do feito em mesa para julgamento.

Em virtude da ausência de retratação do Min. Presidente (fl. 246), o feito foi redistribuído (fl. 248).

Melhor compulsando aos autos, reconsidero a decisão agravada de fls. 227-229, tornando-a sem efeito. Assim, passo à nova análise dos autos.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ESTADO DE ALAGOAS contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, a, da Constituição Federal.

Na origem, ANTONIO SEBASTIAO DOS SANTOS ajuizou ação ordinária em face do ESTADO DE ALAGOAS, objetivando o recebimento do adicional de insalubridade com base no subsídio que recebe.

Após sentença que julgou procedente, em parte, a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no sentido de fixar os juros de mora a partir do vencimento da obrigação com base no percentual de 0,5% ao mês, pelo período até 29.06.2009, anterior à vigência da Lei n.º 11.960/09.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA QUE CONDENA O ESTADO DE ALAGOAS A EFETUAR O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE CALCULADO SOBRE O SUBSÍDIO DA CATEGORIA DO AUTOR, BEM COMO O PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS, OBSERVANDO-SE O PRAZO PRESCRICIONAL DE 05 (CINCO) ANOS. PLEITO DO APELANTE DE OBSERVÂNCIA DA PORTARIA N.º 450/2008, PARA FINS DE FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, COMO TAMBÉM DE REFORMA DA SENTENÇA QUANTO AOS REFLEXOS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NAS FÉRIAS E NO 13º SALÁRIO. AÇÃO EM QUE APENAS SE DISCUTE A BASE DE CÁLCULO DO REFERIDO ADICIONAL, INEXISTINDO PEDIDO INICIAL OU COMANDO NA SENTENÇA QUE ALTERE O DITO PERCENTUAL. RECURSO NÃO CONHECIDO, NESSE PONTO, ANTE

A FALTA DE INTERESSE. CONSTITUCIONALIDADE DA PERCEPÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE POR SERVIDORES QUE RECEBEM SUBSÍDIOS. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL MAIS ATUALIZADO DESTA CORTE, ADOTADO NO JULGAMENTO DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE N.º 0500042-73.2014.8.02.0000. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SÚMULA VI NCULANTE N.º 4. BASE DE CÁLCULO QUE DEVE SER INTERPRETADA COMO SENDO A RETRIBUIÇÃO PECUNIÁRIA MÍNIMA PAGA PELO PODER EXECUTIVO, SOB A FORMA DE SUBSÍDIO, À CATEGORIA DO APELADO. POSICIONAMENTO QUE SE ALINHA AO QUE FOI ADOTADO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE, AO JULGAR O INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA N.º 0500356-82.2015.8.02.0000, OCASIÃO EM QUE SE FIRMOU QUE A BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVE CORRESPONDER AO VALOR DO SUBSÍDIO MÍNIMO DA CATEGORIA A QUE PERTENCE O SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

NÃO VERIFICADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA, COM A RESSALVA DE QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI ESTADUAL N.º 7.817/2016 A PARTIR DA SUA ENTRADA EM VIGOR, QUE OCORREU EM 20 DE SETEMBRO DE 2016. PEDIDO DO APELANTE DE OBSERVÂNCIA DO ART. 1º-F, DA LEI DE N.º 9.494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI DE N.º 11.960/2009 PARA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA.

ACOLHIDO EM PARTE. FIXAÇÃO DOS JUROS E DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA, POR SE TRATAREM DE CONSECUTÓRIOS LEGAIS. PREVISÃO CONTIDA NOS ARTS. 322, §1º E 491, CAPUT E §2º, DO CPC/15. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. UNANIMIDADE.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o ESTADO DE ALAGOAS interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 240 do CPC e 405 do CC.

Os dispositivos citados apresentam a seguinte redação:

Código Civil

Art. 405. Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.

Código de Processo civil

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido violou os dispositivos anteriormente mencionados, eis que *o caráter controvertido afasta por si só qualquer liquidez da obrigação* (fls. 173).

Assim, considera que o termo inicial da correção monetária e dos

juros de mora é da citação, e não do inadimplemento.

Não foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fl. 187).

Após decisão que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 83/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

A irresignação merece prosperar.

Examinando hipóteses semelhantes, este Superior Tribunal tem entendido *que a natureza da obrigação em comento é ilíquida, pois somente após se definir qual a correta base de cálculo do adicional de insalubridade é que será possível determinar os respectivos valores devidos* (AREsp 1.499.310-AL, Rel. Min. SERGIO KUKINA, julgado em 30/05/2019).

Por conseguinte, considerando a obrigação em comento como ilíquida, os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos do art. 240 do CPC e art. 405 do CC, sobretudo tendo em vista que o REsp 1.356.120/RS, sufragou o entendimento segundo o qual o art. 1º-F da Lei m. 9.494/1997, com redação da Lei n. 11.960/2009, não modificou o termo inicial de Administração ao servidor público, aplicando-se, consequentemente, as regras constantes dos art. 219 do CPC e 405 do CC, os quais estabelecem a citação como marco inicial da referida verba.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA. ART. 1º-F DA LEI 9494/97. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. PRECEDENTES.

1. No que diz respeito ao pedido de cassação do acórdão recorrido para declarar o direito das autoras ao recebimento das diferenças apuradas nos cinco anos anteriores a propositura da ação sem o decote dos 57 dias, a agravante não amparou o inconformismo na violação de qualquer lei federal. Dessarte, a ausência de indicação do dispositivo legal tido por violado implica

Superior Tribunal de Justiça

deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.").

2. Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, o termo a quo de incidência dos juros moratórios/correção monetária sobre as obrigações ilíquidas devidas pela Administração ao servidor público, aplica-se, consequentemente, as regras constantes dos arts. 219 do CPC e 405 do Código Civil, os quais estabelecem a citação como o marco inicial da referida verba. Precedentes.

3. Ressalta-se que a questão afetada à Primeira Seção do STJ, aguardando o julgamento dos Recursos Especiais repetitivos 1.492.221/PR, 1.495.144/RS e 1.495.146/MG (DJe de 11/11/2014) de Relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, vinculados ao Tema 905 desta Corte, limita-se a aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora. Não se discute o termo inicial da incidência dos juros de mora e correção monetária. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1362981/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016)

Ante o exposto, com esteio no art. 259, §6º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada e, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator